

Guardiãs: a várzea como território e memória em disputa

Beatriz Calheta Silva¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo integra o projeto desenvolvido a partir do Edital de Seleção de Jovens Pesquisadores(as) 2024, elaborado pelo Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), do Museu do Futebol, e publicado com o intuito de desenvolver pesquisas acerca do futebol popular e de várzea no estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro de 2024 e maio de 2025, e teve como produtos: (i) a redação de um artigo para o site do Museu do Futebol, contendo uma síntese dos projetos idealizados; (ii) a catalogação de coleções varzeanas digitalizadas; (iii) a confecção deste artigo; e (iv) um material de difusão – para endereçar essa última incumbência, foi concebido um minidocumentário (minidoc).

Cada etapa de realização do projeto exigiu um olhar detido a respeito da metodologia a ser adotada, das escolhas a serem percorridas, de um cronograma próprio. O presente artigo centra-se, sobretudo, no processo de concepção, planejamento, execução e finalização do minidoc – que, conforme se verá, sintetiza todas as demais etapas do edital.

A escolha do recorte temático que seria adotado remonta a pesquisa que teve início ainda durante a graduação e que necessita breve contextualização, na condição de pesquisadora, jogadora e autora deste artigo. Em 2021, soube da notícia de que o Santa Marina Atlético Clube (SMAC), onde por diversas vezes joguei, sofreria uma reintegração de posse e fecharia suas portas. Desde então, somei esforços às dezenas de frequentadores do espaço que se mobilizavam pela sua permanência. Involuntariamente, era o início de uma pesquisa, e de anotações de campo que viriam a subsidiá-la.

Em síntese, o SMAC, fundado em 1913, enfrenta processos judiciais de disputa possessória que culminaram em repetidas ordens de reintegração de posse para o local em que está situado, na Água Branca, na cidade de São Paulo (SP). Em atenção a

¹ Bolsista selecionada no 2º Edital de Jovens Pesquisadores/as do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, uma realização do Museu do Futebol ao longo de 2024 e 2025. É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e advogada. Pesquisadora nas áreas de direitos humanos, direito à cidade e patrimônio histórico-cultural, notadamente com relação à preservação do futebol de várzea.

esses processos, o Ministério Público de São Paulo acolheu denúncia para instaurar uma Ação Civil Pública (ACP) com vistas a viabilizar o reconhecimento de que o SMAC, em sua história, acervo e atividades, integra o patrimônio histórico-cultural da cidade e deveria ser preservado em sua imaterialidade indissociavelmente ancorada no suporte material de suas instalações.

A ACP suspendeu a primeira decisão que determinava a reintegração, e deu início formal a uma disputa prioritariamente centrada em uma discussão de interesse público. Mais do que tratar de questões de usucapião e das condições de posse do local, foi pautada a necessidade de reconhecer o SMAC como patrimônio histórico e cultural da cidade de São Paulo, de modo que a sua descaracterização e a interrupção de suas atividades não pudessem ser concretizadas sem ferir direitos fundamentais da comunidade que frequenta o clube.

A partir da ação, o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH), órgão público de preservação histórica junto à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) foram acionados e deram início aos procedimentos administrativos cabíveis para apurar e qualificar os bens culturais relativos ao SMAC. A reintegração de posse foi realizada em 14 de junho de 2023, mas foi vedado que a multinacional proprietária do terreno destruísse as edificações – de modo que, mesmo de portas fechadas, o Santa Marina permaneça no local, com o acervo de dezenas de fotos, troféus e registros documentais intocado. A disputa segue no âmbito do Conpresp.

Realizei meu trabalho de conclusão de curso centrado na análise das iniciativas existentes para se configurar um regime de proteção do futebol varzeano enquanto patrimônio histórico e cultural. Paralelamente, durante quase toda a graduação, integrei a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama², uma extensão voltada ao estudo da população em situação de rua, do direito à moradia e do direito à cidade. Havia um ponto de conexão muito claro entre essas duas temáticas: as disputas por espaços em que são realizadas práticas populares e, além disso, a participação de mulheres nesses conflitos de preservação e permanência.

² Para conhecer mais sobre a Clínica Luiz Gama, extensão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é possível visitar o site em: <https://cdhluizgama.com.br/>. Desde o início de 2025, quando completaria 16 anos de atuação, em razão de um corte de verbas na Faculdade, as atividades da Clínica foram descontinuadas.

Isso porque há uma percepção empírica e uma vasta literatura a respeito da centralidade de mulheres em quase todos os movimentos de bairro, de vizinhança e comunitários, que apresentam base feminina (Blay, 1974). Não por coincidência, há frequentemente na trajetória de clubes de várzea e na preservação de seus acervos a presença de figuras femininas – que, atuando pela preservação do time/clube, preservam também a memória do bairro, da fábrica que originou a equipe, da vila operária, do território.

Sendo assim, e com essa percepção em mente, foi eleita, no âmbito das atividades previstas pelo edital supracitado, a catalogação do acervo do Santa Marina, com particular olhar para as fotografias que denotam a presença feminina na vida do clube, e foi estruturado o produto de difusão tendo como ponto norteador o tema geral do projeto de pesquisa, qual seja: a multiplicidade de papéis que mulheres exercem na vida dos campos, times e práticas de várzea, enquanto detentoras de um patrimônio varzeano e guardiãs de sua salvaguarda. Para tanto, o minidocumentário centrou-se no registro da memória de três equipes varzeanas através do relato pessoal de suas representantes: o Centre Ville, as Xondarias e o próprio Santa Marina.

A realização do minidoc perpassou um trabalho de campo preliminar nos territórios selecionados, a redação dos roteiros de entrevista, a captação e gravação das entrevistas, a escrita de um roteiro com base nas transcrições e a edição dessas gravações, alinhada com um trabalho de seleção de arquivo fotográfico. Ao longo desse percurso, agregou-se a catalogação de parte do acervo da equipe feminina do Centre Ville – que foi identificado e coletado durante as filmagens.

É nesse processo percorrido para a confecção do minidocumentário, como um todo, que o presente artigo irá se centrar.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

De pronto, cabe esclarecer que as considerações metodológicas do projeto, particularmente quanto à elaboração do minidoc, compreendem diferentes etapas e segmentos, que podem ser sistematizados em: (i) reunião de bibliografia referente a noções gerais de patrimônio histórico e cultural; (ii) aplicação dessas noções à compreensão do futebol varzeano enquanto patrimônio; (iii) catalogação realizada em conjunto com as guardiãs dos acervos; (iv) incursões no trabalho com história oral; e (v)

percurso de elaboração do minidocumentário – dividido em a) visitas *in loco* prévias; b) roteiros de entrevista; c) gravações; d) roteiro do mini-doc; e) edição das filmagens; e f) montagem do mini-doc, com inserção de imagens de acervo das respectivas equipes filmadas³. Uma vez que os processos de elaboração do minidoc serão objeto do próprio relato de pesquisa, esta seção se dedicará ao referencial teórico que lastreou e embasou a formulação das demais etapas, cujos resultados serão oportunamente destrinchados em tópico próprio.

Noções de patrimônio histórico e cultural e sua aplicação na compreensão do futebol varzeano enquanto patrimônio

As ações de proteger, identificar, e conservar bens culturais predominaram, em um primeiro momento, sobre os bens denominados materiais – ainda que a divisão entre bens materiais e imateriais seja apontada por alguns autores como controversa, por cindir de maneira dicotômica as características das expressões patrimoniais (Thompson; Pereira Filho, 2012). A definição acima mencionada também corrobora uma visão romantizada do que seria o patrimônio cultural, como se fosse um fenômeno inerente ao mundo e aos objetos, e não fruto de um processo político e cultural dinâmico, que acompanha os contornos semânticos da categoria “nação” com o objetivo de construir e organizar um ideal de memória nacional por meio da atribuição de sentidos a esses objetos.

É após a Segunda Guerra Mundial que se intensificam e multiplicam internacional e localmente as normativas de reconhecimento e consolidação da categoria do patrimônio cultural (Silva, 2003). Evidentemente, essas normativas guardam profunda relação com disputas narrativas quanto à construção das nações e da identidade nacional – a Unesco, no pós-guerra, foi uma das principais patrocinadoras de reuniões e resoluções que viabilizassem a identificação e retorno ao país de origem

³ Cabe esclarecer, desde logo, que as imagens inseridas ao longo do minidoc provêm de diferentes acervos e origens: (i) as filmagens de drone do Santa Marina Atlético Clube foram realizadas e gentilmente cedidas por Raphael B. Gomes; (ii) os acervos do Santa Marina e do Centre Ville foram cedidos por suas guardiãs e digitalizados pela equipe do CRFB; (iii) as fotografias de jogo das Xondarias foram registradas por Gilberto Marques, que integrou a equipe do Museu do Futebol durante o Maior Festival Feminino do Mundo (2023); (iv) as imagens históricas do Centre Ville são de domínio público, a maior parte registradas pelo Diário do Grande ABC e hoje reunidas pelos moradores do bairro, que nos enviaram os arquivos.

de bens deslocados durante as guerras. Buscava-se, a partir da consagração de bens e monumentos como patrimônio nacional, fundamentar/embasar que havia provas materiais da existência da nação e de suas origens em tempos imemoriais (Chuva, 2012) – mais que isso, a partir da conceptualização do que integraria esse patrimônio, as agências públicas constituídas para tanto *selecionaram* as imagens e narrativas que *forjariam* a própria identidade histórica da respectiva nação.

Ao longo da Primeira República, a diretriz estatal visava à imagem do Brasil enquanto “país civilizado”, que pudesse ser associado estética e culturalmente ao gosto europeu e à superação do “atraso” da cultura popular local. Houve a demolição e reforma sistemáticas de locais associados ao período colonial, entendendo-se que “hábitos e costumes do povo deveriam ser induzidos ao desaparecimento, do mesmo modo que os vestígios materiais [da época de colônia]” (Chuva, 2012, p. 68).

No Estado Novo, em que havia particular interesse na construção das políticas de Estado em torno das noções de nação e identidade nacional, houve a institucionalização da preservação cultural por meio da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937⁴. O patrimônio cultural permitiria, simultaneamente, dar “corpo” e prova de uma história nacional compartilhada, que buscava construir, homogeneizar e “civilizar” o povo, a partir de seus novos heróis nacionais e “mitos fundadores” que passariam a constituí-lo (Chuva, 2003). Em geral, no início foram contemplados bens de natureza material, associados à religião cristã e mormente integrados à arquitetura (Chuva, 2012).

Entre os anos de 1920 e 1930, a concepção de atingir a modernidade enquanto país ganhou nova conotação: não deveriam ser destruídos os vestígios do passado, porquanto uma nação moderna saberia assumir as feições próprias do país em detrimento da valorização de padrões estéticos estrangeiros (Ibidem). Deu-se início a

⁴ Como esclarece Araújo (2021, p. 46): “Em suas origens, era SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1946, foi transformado em DPHAN: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 1970, torna-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. As mudanças, no entanto, não pararam por aí: em 1979 transformou-se em SPHAN, agora Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1981, torna-se Subsecretaria, mantendo a mesma sigla. Ressalta-se que neste ano foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que teria a incumbência de realizar a política da SPHAN. Na verdade, a SPHAN tornava-se o órgão normativo e a FNPM, o executivo. Em 1981 também foi criada a Secretaria de Cultura. Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), o órgão torna-se novamente Secretaria do Patrimônio, continuando a FNPM a existir. Em 1990, com a extinção do MinC, foram também extintas a FNPM e a SPHAN. Em substituição, foi criado o IBPC: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que perdurou até 1994, quando foi criado o atual IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

um processo de valorização da “brasilidade” e da “cultura popular” – ou melhor, de um recorte do que seria isso – entendidas a partir dos monumentos datados do período colonial.

Desde a criação do antigo Sphan, em 1937, o Arquivo Central recolhia fontes sobretudo documentais com o fim de reunir acervo de caráter probatório, como apoio às atividades jurídicas do tombamento e às intervenções nos bens culturais para conservação e restauração. Uma “virada” e ampliação do conceito de patrimônio foi paulatinamente construída nas décadas seguintes, com destaque para algumas iniciativas – dentre elas, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), quando o Sphan assumiu, pela primeira vez (1970-1979), a designação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O CNRC foi criado em 1975, fora da estrutura do IPHAN, e pautava suas ações nos conceitos de bem cultural e cultura popular, a partir dos quais estruturou projetos que valorizavam práticas não comportadas pela noção historicamente reduzida à preservação do patrimônio “de pedra e cal”, material, dos monumentos arquitetônicos de uma elite civil, política, militar e eclesiástica. A ideia de referência cultural deslocava o enfoque dos bens materiais para uma dinâmica de atribuição de sentidos e valores aos bens culturais *quando referência* dos grupos sociais (Araújo, 2021).

A incorporação do CNRC ao IPHAN, em 1979, possibilitou que também seus agentes incorporassem o conceito de referência cultural, ampliando a noção até então institucionalizada de patrimônio histórico e artístico para comportar o patrimônio cultural não consagrado. Tanto essa noção, quanto as experiências que, em seu nome, foram realizadas, fundamentaram a definição de patrimônio cultural expressa posteriormente no texto da Constituição de 1988⁵, que abrange bens culturais de natureza material e

⁵ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade** brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011) § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão

imaterial (Fonseca, 2006, apud Araújo, 2021, p. 62). Além do CNRC, contribuíram para esse debate as próprias reivindicações de diferentes grupos sociais que foram pautadas no contexto da Assembleia constituinte – diante dessas demandas, a Constituição Federal de 1988 positivou um conceito ampliado de patrimônio que abrigava também a cultura intangível.

Por essa razão se pontua que, sobretudo a partir dos anos 1990 e da redemocratização, houve uma expansão da noção de patrimônio, de modo que o universo das práticas culturais e a aplicação de medidas de salvaguarda se estendessem a saberes e ofícios, práticas, formas de expressão, lugares (Chuva, 2003). Essa percepção ampliada do que viria a se firmar enquanto patrimônio imaterial foi institucionalizada em 2000, por meio do Decreto Federal n. 3.551, que regulamenta o registro do patrimônio cultural de natureza imaterial.

Como assinala Chuva (2012), a predominância das ideias de unidade nacional deu lugar à diversidade cultural, ou a “outras dimensões de pertencimento que não a nação” (p. 73). Os processos de reconstrução democrática avivaram a sanha pela construção de memórias plurais, pautadas nas experiências particulares e locais, diversificando os “referenciais culturais” passíveis de legitimação. Para Thompson (2012), isso se reflete, inclusive, na diversificação das fontes de pesquisa para embasar o reconhecimento do patrimônio cultural – às fontes majoritariamente documentais, outrora privilegiadas, somam-se, a partir dos anos 1980 em diante, as fontes orais e audiovisuais.

Assim, observou-se, por diversas razões, mudanças fundamentais em relação às diretrizes de atuação do SPHAN, por exemplo, de selecionar bens a serem preservados por meio de tombamento a partir de sua vinculação a “fatos memoráveis da história do Brasil” ou com “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Gonçalves, 2012, p. 145), o que frequentemente resultava na articulação de tombamentos em torno do passado colonial. Houve, portanto, uma redefinição da concepção oficial de cultura, que foi incorporando visões relativas a modos de ser de grupos sociais específicos e que, ao cabo, contempla a cultura como prática social.

punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (Grifado)

Essas metamorfoses atravessadas pelo conceito de patrimônio foram também influenciadas pela indústria do turismo, pelo protagonismo da Unesco na consolidação e expansão da categoria patrimônio e pelas conferências internacionais promovidas pela agência. Chuva (2020) destaca que o caráter eurocêntrico da noção de patrimônio foi especialmente debatido na Conferência Internacional da qual resultou a Carta de Nara, em 1994, quando o Japão defendeu que a "autenticidade" do bem – um dos critérios para sua patrimonialização – era calcada em referenciais europeus de beleza estética e monumentalidade. Os japoneses sustentaram pela não universalidade desses conceitos, bem como pela valoração das edificações em razão do conhecimento transmitido de forma intergeracional a respeito dos modos de construir, por exemplo. Essas tensões resultaram na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.

Mais recentemente, discute-se a consolidação de uma *virada decolonial* do patrimônio, assentada na desconstrução de cânones forjados no moderno paradigma da Europa Ocidental, no reconhecimento de diferentes tipos de conhecimento sem hierarquia e na participação de agentes com saberes e cosmovisões distintas, em diálogo com as agências (Ibidem). Trata-se de um processo em construção, conflituoso e em constante debate em torno de novas narrativas para os conceitos tradicionalmente consagrados. Nesse sentido, entram em disputa demandas de preservação e patrimonialização de bens ou referências culturais até então desconsiderados desse processo.

Um deles, como a introdução do presente artigo prenuncia, é o futebol de várzea.

Ainda que o futebol profissional tenha sido, desde a década de 1990, objeto de uma espécie de “viralização patrimonial”, em que a prática do esporte, a seleção brasileira, estádios, sedes sociais, equipes, torcidas, clássicos e inclusive gols, converteram-se em objetos de processos de patrimonialização (Tobar; Gusso, 2018), esse percurso se deu não pela vinculação com as categorias e ritos previstos na legislação do patrimônio cultural, mas sobretudo pela manipulação do esporte profissional em gabinetes de prefeitos e governadores. Os autores assinalam que o reconhecimento do futebol como fenômeno vinculado à forma patrimônio, para além de seu reconhecimento e valorização cultural por outras vias, foi acentuado a partir dos anos setenta, nos campos da história do lazer e dos esportes e do turismo esportivo – que se afigurou enquanto área autônoma definitivamente nos anos noventa, com a

criação de museus do futebol e a inserção em roteiros turísticos de locais significativos para a memória coletiva do esporte.

Disso, depreende-se que o reconhecimento do futebol enquanto patrimônio cultural brasileiro é um fenômeno que orbita em torno da prática no âmbito profissional, a partir da mobilização de recursos financeiros e capital político de forma muito distante ao cenário enfrentado pelos clubes e times de várzea que buscam sua preservação. Foi a partir dessa patrimonialização do esporte de forma mais genérica, contudo, que se assentaram alguns dos precedentes que auxiliam nas disputas da várzea, como o entendimento de que o patrimônio esportivo não se limita ao esporte, mas se estende às implicações sociais, culturais e políticas que o permeiam (Ramshaw; Gammon, 2016).

O reconhecimento do patrimônio cultural oficial de espaços ligados ao modo de vida normalmente orbitou em torno de espaços de moradia, trabalho e religião. A dimensão do lazer ocupa um lugar subsidiário como critério de patrimonialização, de modo a ser um dos fatores para que apenas em anos recentes se passou a contemplar o futebol de várzea (Magnani; Morgado, 1996). Nesse sentido, foi paradigmático o tombamento do Parque do Povo, em São Paulo, incluídos seus campos e times de várzea.

O Parque do Povo era um dos únicos remanescentes dos parques de campos de várzea (um conjunto de diversos campos), o que denota como a modalidade varzeana apresenta uma dinâmica espacial e de preservação particular: há poucos terrenos destinados ao esporte, acessíveis de forma gratuita – e raramente os terrenos existentes não sofreram modificações desde sua constituição, justamente em virtude dos interesses mercadológicos que guiaram os processos de urbanização (Abrantes, 2023), o que torna sua posse ainda mais precária.

No caso do Parque do Povo, entendeu-se que não faria sentido tomar a atividade ou prática, pela sua dinamicidade social, mas preservar o seu suporte material – não “congelando” o bem cultural, mas viabilizando que sua manutenção fosse condição da própria capacidade de reprodução e preservação da prática (Magnani; Morgado, 1996). Ao cabo, em 2006, após a aprovação de um projeto de “revitalização da região”, os campos foram destruídos e os varzeanos expulsos do local.

O caso pioneiro, que expõe fragilidades da proteção de manifestações e práticas do futebol de várzea, deu início a um processo que se intensificaria sobretudo a partir dos anos 2010, na tentativa de prestigiar, proteger e preservar campos de várzea a partir de seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural. O caso do Santa Marina Atlético Clube, submetido à análise do DPH, dá a ver e sintetiza a multidimensionalidade necessária para que se analise e classifique um patrimônio varzeano.

Em novembro de 2021, o antropólogo Enrico Spaggiari foi contratado pelo DPH para realizar um mapeamento⁶ do futebol de várzea em São Paulo, com o objetivo de reunir subsídios para a identificação de práticas culturais relacionadas ao futebol de várzea na cidade. De acordo com o pesquisador, foram identificados sete “pontos nodais” ou localidades centrais que se posicionam enquanto contextos varzeanos de referência, espalhados por diferentes regiões de São Paulo. Os pontos foram identificados a partir de três critérios:

campos (“diferentes espaços físicos reconhecidos como ‘várzea’ na cidade de São Paulo que em comum oferecem um ou mais campos de futebol como atrativo principal das suas atividades”); **acervos e coleções varzeanas** (“representação de memórias e registros de narrativas do futebol varzeano”); e **eventos, projetos e práticas culturais** (“principais circunstâncias de encontro imbricadas na experiência do futebol de várzea”, como campeonatos, festivais, escolinhas de futebol e práticas culturais: formas de torcer, batucadas, resenha e churrasco). (documento SEI 060402154, p. 19, grifo original)

Ainda, o antropólogo assinala que todos os espaços varzeanos – o que diz respeito, portanto, à materialidade da prática –, inclusive os campos de origem dos equipamentos públicos, são atravessados por “esforços organizativos comunitários, envolvendo doação do tempo de trabalho e divisão de tarefas, financiamentos, arrecadações e negociações locais, postos em prática por pessoas que autoconstruíram seus redutos de esporte e festa” (doc. SEI 058719826, p. 59/60). Interessa desde já ressaltar que essa compreensão do futebol varzeano enquanto bem cultural – ainda que não tenha sido propriamente concebida ou denominada no léxico e no debate decolonial

⁶ Disponível para consulta pública no processo administrativo n. 6025.2021/0019862-9, documentos SEI 060397060 e 060397407. Disponível em: https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=811782&id_documento=56347303&infra_hash=47dd458795f81cc96b8c520973247259.

– apresenta convergências com os elementos de uma virada decolonial do patrimônio, dado que postula pelo reconhecimento do valor de espaços e edificações em muito afastados dos ideais de autenticidade, monumentalidade e beleza estética tradicionalmente consagrados, bem como posiciona no centro da demanda de patrimonialização sujeitos, rituais, práticas e objetos de memória até então situados à margem desse processo – noções que, inclusive, renovam o debate promovido no contexto precursor à CF/1988, a respeito da necessidade de ampliação dos bens culturais e das práticas intangíveis por eles contempladas.

É desse ponto e debate que se parte, portanto, para analisar os acervos varzeanos catalogados, o papel de suas guardiãs e as referências culturais⁷ por elas mobilizadas e preservadas. Aqui, o conceito de referência cultural é especialmente relevante porque amplifica o escopo dos itens e registros que podem integrar os acervos, apreendendo também os sentidos e os significados atribuídos às práticas varzeanas por quem as vivencia – como "intérpretes legítimos" das mesmas e "parceiros preferenciais de sua preservação" (IPHAN, 2000, p. 8).

Incursões no trabalho com história oral

Somado ao referencial agregado pelas leituras de patrimônio histórico e cultural e sua aplicação ao futebol varzeano, estão as incursões realizadas na literatura a respeito do método da história oral. Desde logo, convém pontuar que, dentre as razões metodológicas que serão apresentadas em sequência, a escolha pela utilização da história oral também decorreu da própria natureza do patrimônio trabalhado.

Como a seção anterior prenuncia, a precariedade das condições materiais em que se desenvolve o futebol varzeano faz com que as memórias da várzea por vezes se reúnam em acervos pouco ou nada catalogados, frequentemente dispersos, e que compreendem uma miríade de histórias não contadas – e, portanto, tampouco documentadas em outras fontes de registro. Nesse sentido, a HO permitiu produzir as

⁷ Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reapproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

fontes de pesquisa para que esse trabalho fosse possível, em primeiro lugar – esse que foi, afinal, um dos objetivos e razões da estruturação da HO como método.

Autores como Meihy (2002)⁸ apontam a existência de três tipos de História Oral: (i) História Oral de Vida; (ii) História Oral Temática; e (iii) Tradição Oral. Para o documentário, em particular, o tema pode ser circunscrito em três eixos: o papel de mulheres em territórios em disputa – a várzea como território de disputa – a presença de mulheres na vida varzeana, na permanência da várzea e na preservação de suas referências culturais. Dado que o enfoque do presente trabalho foi orientado por esse prisma, foi adotado o método da HO Temática – centrada em um tema central, a partir do qual são articuladas as memórias e impressões subjetivas das entrevistadas.

A HO, a partir da utilização de entrevistas, permite apreender as narrativas e testemunhos do entrevistado a respeito de determinado evento pessoal ou fato histórico. Trata-se, assim, de um procedimento metodológico atrelado à memória – a interação complexa e multifacetada entre a materialidade dos acontecimentos vividos e a percepção subjetiva a respeito desses fatos, construída pelo e no próprio ato da fala. Essa construção, evidentemente, é influenciada pelo próprio tema da pesquisa, renunciado pelo entrevistador⁹.

Ademais, através do uso da história oral, existe um exercício de transcrição do texto: a transformação do registro oral da entrevista em um texto editado, selecionado, mediado, adaptado e coerente. A compreensão do evento ou contexto retratado, assim, é construída conjuntamente pela participação do entrevistado – que seleciona memórias, elabora a narrativa, reflete a respeito dela – e do trabalho de escuta, registro, seleção e reconstrução da narrativa. Pode ser, dessa maneira, um processo que busca se afastar da experiência clássica da construção do conhecimento pelo exercício unilateral de um pesquisador, priorizando a interlocução/conexão entre sujeitos diferentes que revezam papéis na produção de uma narrativa oral (Souza, Ribeiro, 2018).

Considerando que os sujeitos entrevistados foram exclusivamente mulheres, relevantes algumas considerações promovidas por Daphne Patai a respeito de uma abordagem feminista para a história oral, no sentido de que as desigualdades estruturais

⁸ APUD Branco, 2020.

⁹ Também em Branco, 2020.

existentes em um contexto ordinário de entrevista – ao entrevistado são solicitados relatos de sua vida que normalmente ocorrem no âmbito privado e um nível de exposição ao qual o entrevistador não se sujeita (Patai, 2010, p. 27) –, uma mulher contando sua história de vida está, em certo sentido, oferecendo o seu eu para o exame dela mesma e do pesquisador. “O fato de que o narrador constrói seu eu no ato de falar não altera a dimensão da exposição e da revelação pessoais” (Idem, p. 28).

Nesse sentido, cria-se uma obrigação e preocupação especiais por parte do pesquisador, de se questionar a respeito da apropriação da narrativa alheia, especialmente considerando que a mesclagem da divisão convencional entre público e privado – compatível com as visões feministas – que ocorre nessa situação, exige reações diferentes, e que vão além daquelas fornecidas pelos padrões e diretrizes profissionais usuais (Idem, p. 85). Também nesse sentido, é pertinente a adoção de estratégias metodológicas, como mencionado pela autora, referentes à adoção de um tipo menos estruturado de entrevista, a fim de que os recortes das mulheres possam emergir – ainda que a temática seja pré-selecionada –, bem como desenvolver especial atenção às repetições, ênfases e aspectos selecionados pelas narradoras, como ponto de partida para a seleção e organização das transcrições, com o menor grau de interferência possível no ritmo imprimido nas histórias.

Significativa literatura destaca também a potencialidade da escrita audiovisual em história oral. A HO já guarda em si a possibilidade de dar acesso ao público às vozes dos entrevistados, produzindo interpretações específicas e novos sentidos a partir delas, o que pode se amplificar pela intertextualidade das falas com imagens, registros visuais, sons, com a configuração do espaço a partir do qual o entrevistado enuncia. Além disso, o filme permite que as falas venham acompanhadas de uma voz, um corpo, um rosto e uma gesticulação, que acrescentam dimensões ao que é dito – dimensões de memória corporal e da interação do entrevistado com o espaço em que se situa (Mattos, Abreu, Castro, 2017).

Na prática, como será desenvolvido adiante, esse referencial teórico, alinhado ao conceito de autoridade compartilhada¹⁰, resultou no desenho dos roteiros de entrevista em diálogo com as entrevistadas, na possibilidade de que elas alterassem os

¹⁰ Conceito de Michael Frisch, que argumenta por um compartilhamento mais profundo de conhecimentos, que promova um diálogo a respeito do próprio formato, significados e implicações da história, do projeto (Kerr, 2003, p. 31).

enfoques de resposta de cada pergunta realizada e no uso das diretrizes apreendidas nas visitas em campo como orientadores da montagem final das transcrições.

ENTREVISTANDO AS GUARDIÃS: VÁRZEA, TERRITÓRIO EM DISPUTA

Apresentações

Previamente ao relato ou à análise das entrevistas, cabe apresentar as equipes escolhidas para integrar o projeto, bem como os territórios em que estão localizadas e suas representantes – Rosymeire (Rose), do Santa Marina Atlético Clube, Carmen e Karina, do Centre Ville e Jandira, das Xondarias Guarani. É o que se fará a seguir.

Como brevemente contextualizado, o Santa Marina é um clube varzeano localizado na região da Água Branca, Zona Oeste de São Paulo. A história do SMAC remonta ao processo de industrialização da cidade e dele é indissociável. A região da Água Branca à Freguesia do Ó, na área de várzea do Rio Tietê, abrigava jazidas de areia com cor e qualidade ideais para a manufatura de vidro branco (Brandão, 1996, p.50). Em 1895 se inicia a produção de vidro pela família Prado, e, em 1901, é fundada a Fábrica de Vidros Santa Marina, posteriormente batizada, em 1903, Companhia Vidraria Santa Marina.

Parcela considerável dos trabalhadores era de origem europeia, sobretudo francesa. Esses operários, como era de praxe em São Paulo desde o fim do Império, residiam ou em cortiços ou nas vilas operárias edificadas pelas companhias. Junto à construção da vila operária da vidraria Santa Marina, nos primeiros anos do século XX, iniciou-se rapidamente a prática de futebol. O clube foi fundado por funcionários da fábrica em 15 de agosto de 1913. O time chegou a ter uma breve experiência no futebol profissional, participando do Campeonato da Liga Esportiva de Comércio e Indústria (LECI) de 1959 a 1960 e do Campeonato Paulista da 3ª Divisão em 1960 (Vinãs, 2012, p. 3). O clube se notabilizou também nas modalidades do futebol de salão (foi campeão municipal e três vezes campeão estadual, formando a Seleção Paulista de Futebol de Salão), boxe, atletismo, ciclismo, judô, halterofilismo, luta greco-romana e basquete.

Em 1960, a Companhia Vidraria Santa Marina se associa à Compagnie de Saint-Gobain, empresa francesa que viria a se tornar uma multinacional e que, em 2018, passou a reivindicar a propriedade do terreno, com o ajuizamento de um pedido de reintegração de posse. Durante as últimas décadas, o clube foi administrado por um

coletivo de ex-funcionários da fábrica, destacando-se os irmãos Ingegnere – Francisco, o presidente do clube, e Rosymeire, secretária-geral do SMAC e uma das principais dirigentes do espaço, administrando a agenda, a manutenção e o setor financeiro. Ambos nasceram na vila operária. Seu bisavô foi segurança da fábrica, o avô maquinista e o pai operador de máquina e chefe de fabricação. Os dois trabalharam na Vidraria Santa Marina/Saint-Gobain e frequentam as dependências do clube desde a infância, motivo pelo qual são testemunhas e fontes preciosas das transformações sofridas pelo espaço e pela própria fábrica ao longo dos últimos sessenta, setenta anos.

Dentre as responsabilidades assumidas por Rose, encontra-se a manutenção do acervo do SMAC: uma coleção de mais de dois mil itens entre troféus e taças (alguns, da década de 1920), fotografias (que retratam o clube, a fábrica, as vilas operárias), camisas, recortes de jornal, revistas, documentos, e, ainda, formas de vidro da antiga fábrica. Rose, além de dirigente e guardiã desse acervo, é uma das principais figuras na luta pela preservação do clube e na reivindicação pelo seu reconhecimento enquanto patrimônio histórico e cultural de São Paulo. A sua escolha para o projeto, portanto, foi algo praticamente “natural” e intuitivo.

Quanto ao Centre Ville, desde o início do desenvolvimento do projeto, tive o anseio de trazer para a memória do CRFB coletivos do ABC paulista. Em 15 de setembro de 2024, fui convidada a participar do 1º Festival Guerreiras do Ce Vê, realizado no campo do Centre Ville. A data também ficou marcada como a (re)fundação oficial do time de mulheres. Enquanto conversava com Karina, uma das dirigentes do clube e organizadora do festival, ela mencionou que na década de 1980, praticamente junto à fundação do bairro, formou-se uma equipe de futebol de mulheres – memória que foi resgatada a partir de uma foto, encontrada por uma das frequentadoras do clube.



Figura 1 – Primeira formação do Centre Ville feminino. | Acervo do Centre Ville | Direitos Reservados

Foi essa fotografia, a princípio, bem como os primeiros questionamentos a respeito de quem a havia preservado, que incitaram um contato mais aprofundado com a “velha guarda” do Centre Ville e sua história. O Centreville (a grafia do nome do local é *junta*; do clube, separada) é um bairro de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. A história do bairro remonta ao fim da Ditadura Civil-Militar e ao contexto de ascensão dos movimentos sindicais de massa no ABC Paulista, quando a construtora Nova Urbes, que havia iniciado a construção de um condomínio de alto padrão em 1973, faliu e abandonou as obras e o terreno em 1976¹¹. Em 16 de julho de 1982 (ano de fundação do bairro), a partir da articulação entre PCdoB, movimentos eclesiais, sindicatos, sociedades de amigos de bairros próximos e outras articulações sociais, foi realizada a primeira ocupação¹². No ano seguinte, já havia cerca de 1500 pessoas, ocupando mais de 500 residências, e o local ostentava o título de maior ocupação de casas da América Latina.

¹¹ Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/centreville-luta-resistencia-e-conquistas/>. Acesso em: mar/2025.

¹² Consoante Silva, Gustavo Xavier Ferreira da. Memória social de participantes de comunidades eclesiais de base em Santo André. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.47.2012.tde-05092012-093604.

A fundação do Esporte Clube Centre Ville data de 25/05/1985, três anos após a primeira ocupação. Pouco tempo depois, ainda que os moradores não saibam precisar uma data em específico, foi criado o quadro de mulheres da equipe. O time enfrentou majoritariamente equipes de bairros próximos e, nos anos 1990, chegou a realizar uma excursão ao Paraná – até hoje, uma memória contada e recontada com fascínio pelas ex-jogadoras. O quadro de mulheres encerrou as atividades entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Os quadros masculinos continuaram em atividade ininterruptamente – a equipe integra a Liga Santoandreense de Futebol e chegou a disputar a Divisão Especial da liga – e esse ano comemoram 40 anos de fundação.

Dentre as jogadoras da primeira equipe de mulheres, está Carmen. Quando fui ao Centreville, todos com quem conversei, incluindo o presidente do clube, Vovô, disseram que eu deveria procurá-la. Além de jogadora, Carmen foi casada com Cabeção, técnico da equipe e, assim que parou de jogar, continuou ativamente no time, cuidando dos uniformes, disponibilizando sua casa para que as jogadoras se trocassem, responsabilizando-se pelo cuidado com as meninas menores de idade. Ali, ela é conhecida não apenas por ter participado do futebol de mulheres desde o início, como também por guardar em sua casa o maior conjunto de fotografias da equipe – coleção que ela solicitamente disponibilizou. Entrevistá-la, junto de Karina, pareceu fornecer uma perspectiva panorâmica do surgimento e origem do futebol de mulheres no bairro, da torcida organizada e da atualidade desses coletivos – ou, no caso do futebol, do ressurgimento/refundação da equipe de mulheres.

A terceira e última das equipes pesquisadas são as Xondarias Guarani. Eu as conheci no Maior Festival Feminino de Várzea do Mundo, e desde então passei a acompanhá-las através das redes sociais. Tinha o número telefônico de Jandira, liderança e representante da equipe, através dos grupos de organização do festival. As Xondarias são um time de mulheres Guarani Mbya da terra indígena localizada na Vila Jaraguá, na Zona Norte de São Paulo.

A história de constituição da ocupação indígena Guarani no Jaraguá é centenária. Estudos apontam para uma ocupação mais vigorosa no início do século XIX, a partir da dispersão da antiga aldeia de Barueri. O território sempre foi palco de uma série de conflitos com a população não-indígena. Nos anos 1960, a cacica Kerexu instalou-se na área junto de sua família, promovendo uma “retomada” do território com a agregação de mais famílias – foi a fundação da aldeia Ytu (Oliveira, Papali, Gomes, 2021).

Houve três processos de regularização da terra. Em 1987, por iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, realizou-se um convênio entre a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) e a então Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que resultou na publicação do Decreto Federal n. 94.221/1987. O decreto demarcou uma área equivalente a 1,7 ha, muito inferior à extensão total da ocupação indígena no território – era, à época, a menor terra indígena demarcada do Brasil. A partir de 2013, a FUNAI promoveu estudos de identificação e delimitação da TI Jaraguá – o que resultou na publicação do Despacho n. 544/2013, que reconheceu a ocupação em uma área de 532 ha (Faria, 2015, p. 25). Em 23/10/2024, o Ministério da Justiça assinou uma portaria de demarcação ratificando os 532 ha e, em 08/05/2025, por fim, o governo de São Paulo firmou um acordo no qual reconhece os direitos dos Guarani sobre a terra e celebra um modelo de gestão compartilhada da fatia do território que compreende uma porção do Parque Estadual do Jaraguá¹³.

O futebol de mulheres foi iniciado na Tekoa em 2004, com um time intitulado Kerexu. Kerexu é a primeira cacica mulher, avó de Jandira. O time foi oficialmente fundado em 2016 e batizado como Xondarias Guarani. O nome Kerexu tem seu lugar preservado na parte inferior do escudo. Xondarias significa “guerreiras”. Xondaro é também uma dança ritualística de preparação dos guerreiros Guarani. Jandira, que ainda pequena chegou a jogar em 2004 no Kerexu, é hoje “a responsável” pelo time, como ela se coloca, tanto em campo quanto fora dele, organizando a agenda de jogos e as questões administrativas da equipe, além de ter se tornado uma liderança Guarani.

São essas as mulheres, os territórios e os times trabalhados nesta pesquisa. Feitas as devidas apresentações, passa-se ao relato de cada entrevista realizada.

Rose: “o meu papel no Santa Marina, eu acho ele muito importante. Desde a época que eu nasci no clube, que eu fui criada aqui dentro do Santa Marina, como criança, brinquei e tudo, e agora no meu papel que eu trabalhei durante 20 anos. De fazer, de cuidar, de estar dentro, participar de todas as atividades, participar de tudo.”

Ainda que o Santa Marina tenha diversos sócios com uma trajetória similar à de Rose e Francisco, é notório como ela escolhe situar o início desse percurso junto ao

¹³ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/apos-37-anos-guarani-celebram-demarcacao-da-terra-indigena-jaragua-sp>. Acesso em: jun/2025.

clube não no esporte ou no trabalho, mas no papel que o SMAC exercia (e exerce) na vida das crianças: “*o nosso jeito de brincar naquela época, de se divertir, era com o clube da Santa Marina*”. A lacuna que o clube preenchia em relação a um espaço acessível em que os operários poderiam levar os filhos para brincarem e as lembranças relacionadas: festas, bailes, desfiles na avenida (talvez o mais notável sendo o do Papai Noel, em um trenó improvisado), o parquinho e o bosque, que deixaram de existir quando houve a primeira redução do terreno por imposição da fábrica.

O relato de Rose releva uma ênfase dada às festas que elucida, simultaneamente: (i) o papel desses eventos no conjunto de práticas que integram a memória do clube e que se tornam referência para a comunidade que o frequenta – no léxico do IPHAN (2016), classifica-se, dentre as referências culturais, a categoria das *celebrações*; (ii) a festa como elemento fundamental da vida social do clube varzeano e, por extensão, (iii) seu caráter de coesão social e de fortalecimento de laços comunitários (“*fazer festa para unir todas as crianças, unir a comunidade, unir os funcionários*”); (iv) um setor desses clubes que, diferente da prática esportiva em si, sempre teve uma participação robusta de mulheres. Rose ainda faz uma oposição entre um *passado* em que as mulheres ficavam mais restringidas às festas e um *presente* em que jogam, assumem cargos administrativos, encarregam-se dos uniformes, da manutenção do espaço, da agenda, de *tudo* (“*agora as mulheres entram mais pra fazer o tudo*”).

Rose narra como, ainda que tenha começado a trabalhar no SMAC *só para ajudar*, foi assumindo as numerosas funções que hoje exerce: além das atividades supracitadas, é ela também quem redige as atas da associação e se responsabiliza pela organização de todos os documentos do clube. A explicação que ela atribui a essa assunção de funções cada vez maior é que “*a gente se torna uma família. Quem vem trabalhar, quem frequenta o clube, é uma família*”. Trabalho, cuidado e família como termos indissociáveis – e que ajudam a entender, inclusive, por que Rose não se via como uma dirigente do Santa Marina.

Acompanhando-a ao longo desses anos, minha percepção é de que, no início da luta pela permanência do clube, ela se colocava apenas como secretária, e direcionava as entrevistas para Francisco (ainda hoje, por vezes, ela repete a ideia de que “quem entende da história do clube e fala melhor é o Francisco”, como se fosse menos legitimada a exercer esse papel). Lembro do espanto em seus olhos nas primeiras vezes em que a citamos como dirigente ou administradora do clube – o que

se torna compreensível tanto pelo respeito que ela tem pelo papel exercido pelo irmão e a negação em parecer desrespeitá-lo, de alguma forma, mas também porque, quando o trabalho é entendido em uma dimensão afetiva, de cuidado, de entrega a uma família, de dedicação *por amor*, torna-se mais difícil enxergá-lo, ainda, como trabalho, e enxergar a si como liderança.

Jogar luz sobre essa dinâmica, evidentemente, não constitui uma crítica à ideia dos clubes varzeanos como famílias, senão uma elucidação de que esses espaços não estão imunes a divisões sociais de papéis de gênero. Ainda assim, a alcunha de *família* dá a ver a importância do clube ou do time na vida cotidiana, social e afetiva de seus participantes. A família denota um senso de pertencimento e identidade que corrobora a relevância social do SMAC e seu papel como fator de vinculação ao espaço, ao bairro, a uma comunidade, a uma memória compartilhada. Não à toa, lê-se nos muros do campo “Eu faço parte desta família”. Também não por acaso, esse foi um dos principais aspectos que formou a cognição do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) de São Paulo quanto à possibilidade de enquadramento do SMAC na categoria de ZEPEC-APC (Zona Especial de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural), voltada ao reconhecimento e proteção de

*[...] imóveis de produção e fruição cultural, destinados à formação, produção e exibição pública de conteúdos culturais e artísticos, como teatros e cinemas de rua, circos, centros culturais, residências artísticas e assemelhados, assim como **espaços com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade, cuja proteção é necessária à manutenção da identidade e memória do Município e de seus habitantes, para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica da cidade** [Cf. Artigo 63, Item IV da Lei no Lei no 16.050/2014]. G.N.*

Esse reconhecimento se torna ainda mais relevante quando consideradas as disputas em torno do terreno em que está localizado o SMAC – e foi nesse contexto, de iminência de destruição e desaparecimento, que os órgãos de patrimônio foram acionados para sua proteção. O clube guarda uma relação centenária com a fábrica, e, desde os anos 1960, também com a própria multinacional que a incorporou. O conflito que resultou na reintegração de posse do imóvel teve início há uma década, em razão das transformações sofridas pela cidade e mais especificamente pela região da Água Branca. O caso do SMAC não é um fenômeno isolado, mas sim se insere em um panorama de disputas ocasionadas pela crescente especulação imobiliária no bairro e, mais recentemente, pela iminência da construção de novas linhas do metrô.

Essa dinâmica de constituição e transformação do espaço urbano será mais especificamente abordada quando da reflexão conjunta a respeito das entrevistas. Importa destacar, contudo, que, nesse cenário, pessoas como Rose se tornam, além de responsáveis pela manutenção de um equipamento social e esportivo, de sua memória e acervo, de suas atividades, agentes de preservação de modelos de sociabilidade em risco. Uma dimensão de direito à cidade se afigura ainda mais explicitamente à sua atuação no clube varzeano – o que não passa despercebido por ela, que menciona como *empresários querem acabar com o patrimônio do jogo, com o campo de várzea, para fazer construções e tirar o espaço de ter um lugar para jogar bola em paz, e tudo para construir prédios, porque o pedaço agora está valorizando.*

Carmen: “Meu marido falou, se a mulher não for, eu não vou, na invasão. Se a mulher não for, eu não vou. Então quem mais segurou a barra aqui foi as mulheres.”

Carmen, hoje com mais de 70 anos, é uma veterana do Centreville. Como supracitado, ela é referência em todo o bairro como fonte de memória das ocupações, mas também do futebol de mulheres. Com enorme lucidez, ela narra o processo de constituição do bairro, o planejamento da ocupação desde dentro das fábricas em que a maioria de seus líderes trabalhava; como pessoas do bairro vizinho, o Homero Thom, viram a movimentação, colocaram seus colchões e pertences em cima das cabeças e se juntaram aos demais, as disputas internas pelas casas, a repressão policial; como os idealizadores da ocupação tiveram de engolir os papéis que haviam distribuído enquanto estavam no camburão da polícia.

É particularmente sensível seu relato quanto ao período seguinte à ocupação, em que a polícia rondava as casas e oficiais de justiça abordavam os ocupantes para entregarem as ordens de despejo (“*Então, nós ficávamos na rua. Pra eles não saber onde a gente morava e nem entregar o papel do despejo, entendeu?*”). Segundo ela, essa dinâmica durou cerca de quatro anos. Nesse meio tempo, os moradores ainda tinham de lidar com a falta de energia elétrica, água, sistema de esgoto, quaisquer equipamentos públicos, serviços próximos ou meios de transporte.

Quando relata esses episódios, Carmen rememora estar sempre sozinha com as filhas. Ela veio para a ocupação com o marido, Cabeção, que passava dias fora de casa, trabalhando como caminhoneiro. A maioria dos homens trabalhava em extensas jornadas de trabalho, de modo que quem “segurou a barra” e as casas, no trato com a força policial, com o poder público, com os oficiais de justiça, foram as mulheres – que, além disso, estavam responsáveis pela criação dos filhos e pelo complexo manejo da economia doméstica em um contexto em que teto e água eram incertezas diárias.

Esse ônus com a responsabilidade pelo cuidado retorna em sua narrativa em outro momento, quando Carmen conta por que parou de jogar. A título de breve contextualização, o Centre Ville teve duas principais formações: a da década de 1980, em que Moisés era o técnico, Carmen jogava, que fez a excursão ao Paraná e de que quase já não sobraram registros; e a de meados de 1990, em que as filhas de Carmen jogaram, seu marido era o técnico e é a fonte da grande maioria dos registros do futebol de mulheres do bairro – justamente porque as fotos ficaram aos seus cuidados.

Essa segunda formação era majoritariamente formada por meninas menores de idade e Carmen foi deixando de jogar para assumir a principal função de estar responsável pelas jogadoras, seus uniformes, transporte. Além das questões administrativas que ela assumiu junto ao marido, em parte, ela foi encarregada sobretudo do cuidado das meninas (*“Era muita responsabilidade pra mim tomar conta. Jogar, e ao mesmo tempo, nessa época, minhas meninas já tinham crescido, elas já estavam jogando, pra mim jogar e tomar conta das meninas, de menor. Não dava pra mim carregar tudo nas costas, não”*).

Mais além da dimensão do cuidado, a história do Centre Ville dá a ver outro ponto em comum com a trajetória do Santa Marina: ainda que nem sempre dentro de campo, o futebol de várzea da comunidade é marcado pela presença ostensiva de mulheres fazendo-o acontecer, participando da vida varzeana em outras das suas frentes. O Ce Vê tem, há mais de 40 anos, a Torcida Furacão. Adentrando o bairro, é possível identificar diversos muros com Taz (Looney Tunes), mascote da torcida – um deles, ao lado da sede. Ainda que não tenha sido possível rastrear a origem do nome ou quando se deu a adoção do mascote, o início da torcida é senso comum: foram as esposas, irmãs e filhas que vinham assistir aos jogos do time masculino e que aos poucos começaram a confeccionar camisas próprias de torcida, bandeiras, adereços com as cores da equipe (vermelho e branco), cantos e gritos.

Ainda hoje, as principais líderes da torcida são mulheres. Uma delas, Simone, recebeu-me em sua casa na primeira visita ao campo. Ela era da Torcida Jovem quando menina e veio para o Centreville em 1992, trazendo toda a sua “bagagem” de organizada para o bairro. Figura muito respeitada, Simone disse nunca ter tido sua autoridade e papel questionados pela comunidade. Não por acaso, ela também foi “linha de frente” na mobilização pela regularização das moradias e é uma das fundadoras do bloco de carnaval do bairro, Maloca do Barbosa. Além do bloco de carnaval, o Centreville tem um tradicional grupo de samba, Molha Goela, que se apresenta sempre na sede do time, muitas vezes após os jogos.

Karina, como supramencionado, é outra personagem fundamental na vida varzeana do bairro. Já era uma das dirigentes das equipes masculinas, integrando a diretoria, e é quem dita as propostas de inovação: ela idealizou a camisa dos 40 anos de time, como seria a festa de celebração, o resgate do futebol de mulheres, pensa com o esposo como implantar um cineclube. Apesar de não ser do bairro, foi inteiramente acolhida pela comunidade. Como ela diz, o Centreville é uma família. Uma família feita em samba, futebol, torcida e tendo em comum a luta pela reivindicação das moradias ocupadas há mais de quatro décadas e pelas melhorias na infraestrutura do bairro.

Além dessas dimensões, do relato de Carmen também exsurtem aspectos da organização e prática do futebol feminino. A equipe não tinha uniforme e jogava com o do quadro Esporte, que tinha os uniformes mais “enxutos”. Nunca puderam usar o vestiário à beira do campo, que não tinha teto ou portas, e era usado pelo masculino. Por essa razão, Carmen ofereceu a própria casa, que fica a apenas alguns metros do campo, para que as jogadoras pudessem se trocar.

Essa dinâmica resultou em uma série de registros que, pareados, contam uma espécie de narrativa: fotos de meninas espalhadas por toda a sala de Carmen, depois enfileiradas na escada do portão ouvindo o técnico, descendo a rua em cujo muro se lê uma propaganda política de Celso Daniel, formando um “comboio” para descer o trecho inclinado que dá acesso à entrada do campo (com os vestiários sem teto ao fundo), reunidas no centro do campo. Uma reunião que só aconteceu a muitas mãos, porque *“naquele tempo não tinha patrocínio, os maridos ou pais que trabalhavam ajudavam um pouco, ia fazendo rifa, juntando aqui e ali, até conseguir dinheiro para uniforme, para o transporte, para as chuteiras”*.

A própria construção do campo foi realizada de forma comunitária. Carmen relata que foi um consenso da comunidade utilizar aquele espaço vazio e relativamente plano para fazer um campo (*“Acho que se demorou um ano, foi muito. Depois que o juiz parou de vir aqui, rapidinho eles arrumaram o campo”*). Os moradores que trabalhavam como pedreiros, na construção civil, no transporte, foram pedindo *no serviço* para trazerem restos de materiais de obra. Rindo, Carmen resumiu que o campo é um monte de entulho. A área foi aterrada e, até hoje, quando a terra fica um pouco mais escassa, é possível topar o pé ou o joelho em alguma pedra, das milhares que estão ali enterradas. Também com enorme orgulho, Carmen pontua como o campo foi mantido ao longo dessas décadas, diferente do que ocorreu em bairros próximos, onde o Centre Ville jogava como visitante – *“Espero que continue o campo. Cuida dele. Que isso daí é uma coisa que a gente não... Não pode se perder nunca. Você viu o Guarani ali embaixo? Não tem campo, né? Que aqui nós seguramos o nosso. É uma coisa que foi lutada. Muita luta, muita luta”*.

Esse breve relato elucida um outro enfoque notório na fala de Carmen: a narrativa a respeito da luta para manter o campo, o futebol e a trajetória de reivindicação das moradias no bairro se misturam a todo momento. Quando perguntada a respeito do que o time significou em sua história, ela responde que tem o maior orgulho de morar no Centreville. Quando fala da luta para *segurar* o campo, na fala transcrita acima, imediatamente ela emenda *“Primeiro teve a invasão desse lado, no dia 15 de julho. Aí depois, em fevereiro que teve a do outro lado. Mas todo mundo lutando”*.

Há uma livre associação despertada pela palavra luta que leva essa narrativa a espontaneamente elucidar o caráter indissociável, na vida dessa mulher, entre lutar por uma moradia digna, lutar para criar as filhas, lutar para sobreviver, lutar para formar um time de futebol, lutar para mantê-lo, lutar para preservar o campo do bairro, lutar para conseguir os uniformes, lutar para que essa memória não se perca. Também por essa razão, depois de horas ouvindo-a, é que se entende a dimensão do cuidado com o qual ela guarda as fotos do time: *“É uma coisa que a gente guarda pro resto da vida. É uma coisa tão gostosa, tão gostosa, que você tem aquela relíquia. A minha relíquia é essas fotos”*.

Jandira: “O esporte, assim como, pra mim, trouxe essa questão de expressar melhor, de entender que eu também tenho o direito de falar, de ser ouvida, essa relação do time, do futebol feminino, trouxe para muitas mulheres isso também”.

Jandira Mayara é o nome em português; em Guarani, é Paramirim. Desde o momento em que se apresenta, Jandira se anuncia como neta da Cacica Jandira (Kerexu), mãe do território – em alusão ao já mencionado processo de constituição da ocupação Guarani historicamente mais recente no Jaraguá, liderado por Kerexu. Sua avó permeia todo o relato como essa figura catalisadora de múltiplos processos no território, atenta às necessidades da comunidade, conciliadora e firme. Foi grande incentivadora tanto do futebol masculino quanto feminino – motivo pelo qual a primeira equipe de mulheres, como supracitado, foi batizada em seu nome.

O nome foi escolhido também porque o time masculino da aldeia chamava-se Kuaray, em homenagem ao avô de Jandira. Kuaray significa Sol. E Kerexu “*é como se fosse a mãe. Cuidadora, né? Que cuida, que é a protetora*”. Um sentido que se agiganta frente ao cuidado que a Cacica dispendeu com a equipe de mulheres para garantir que pudessem jogar – ou, como Jandira nomeia, a proteção. Houve uma resistência inicial por parte do (time) Kuaray quanto ao compartilhamento do campo e foi Kerexu quem assentou a disputa, garantindo o horário de treino das mulheres. Sua casa ficava em frente ao campo, o que permitia que ela cuidasse dos filhos pequenos das jogadoras, assistisse, torcesse e eventualmente levantasse a voz para assegurar que o horário do time fosse protegido (“às vezes os meninos vinham e tentavam atrapalhar, mas a minha avó sempre chamava atenção, falava para os homens, deixa as meninas brincarem, jogarem, se divertirem, vocês já jogaram muito, amanhã vocês jogam”).

Anos depois, com o crescimento da comunidade, construíram um campo maior na Aldeia de Cima (Tekoa Pyau). A Cacica já havia falecido e a disputa pelos horários foi reacendida. Jandira explica que grande parte das jogadoras eram responsáveis pelos cuidados domésticos e acordavam horas mais cedo para deixar café e almoço prontos para a família, conseguir alguém para olhar os filhos. Muitas vezes parte do time chegava às 9h e o treino só começava 12h, até conseguirem completar o quadro. Ao constatarem a “demora”, os meninos invadiam o campo, atrapalhavam a goleira, chutavam bolas atravessando a partida. Foi Jandira quem procurou o Cacique e convocou uma reunião para resolução do problema.

,

Esse foi um momento definitivo não só para o futebol de mulheres da comunidade, mas também para o fortalecimento de Jandira como figura de liderança. *“Foi aí que eles começaram a ter esse respeito, foi onde a gente começou uma grande revolução das mulheres no futebol. Porque até então eu não tinha essa noção da força que nós temos nas mulheres. Era muito tímida, eu sou uma pessoa tímida, sou muito difícil de falar, mas o futebol me ajudou a se expressar melhor, tanto o futebol quanto a minha profissão como professora. E eu não sabia a noção da força que nós temos como mulheres aqui no território”*.

Quando o Kerexu foi refundado como Xondarias Guarani, em 2016, Jandira tomou a frente do time. Ao traçar o percurso que levou à adoção do nome Xondarias, *“Guerreiras”*, ela une dois aspectos de sua narrativa: como enxerga o **papel das mulheres no território** – *“nosso papel aqui, enquanto mulher, liderança, professora, mãe, é cuidar das crianças, cuidar do nosso território, estar ali sempre na luta para brigar pelos nossos direitos”* –, e a **postura do time em campo** – *“por mais que a gente esteja perdendo nos jogos, até mesmo porque, não posso dizer que seria uma discriminação, um racismo, um preconceito, mas às vezes existe essa diferença no futebol, de beneficiar um time mais do que o outro. Mas por mais que a gente está sendo prejudicada, a gente continua na raça, a gente continua, assim, na garra, buscando o resultado”* –, o que também pode se estender à própria história de formação da equipe e aos esforços para que se mantivesse ativa e treinando. Uma associação tampouco feita ao acaso.

O relato de Jandira é esclarecedor, de forma muito didática, a respeito dessa relação, para ela, entre a luta pelo território e sua preservação, e o futebol de mulheres da comunidade. Quando questionada por anciãs, pessoas mais velhas ou talvez mais conservadoras quanto à incorporação de costumes e práticas que não são “originalmente” indígenas, como o futebol, ela responde que, por um lado, estar em campo é praticar determinados saberes tradicionais relativos ao cuidado do corpo e da mente. É, além disso, um espaço de encontro e convivência entre mulheres, um momento de escuta, de construção coletiva, de lazer, de suporte comunitário para determinadas situações de vulnerabilidade. E, ainda, é algo que permite ocupar novos espaços e se comunicar com outros grupos sociais a respeito da luta e cultura indígena – *“ocupando espaços nos campos de futebol é onde a gente mostra o nosso território, a nossa resistência, a nossa luta. No futebol a gente leva também a nossa resistência,*

a nossa luta política, territorial. A gente leva essa mensagem para as pessoas, para a sociedade não indígena também”.

É por fazer parte da construção de uma equipe como o Xondarias que muitas de suas jogadoras puderam fortalecer o senso de pertencimento, a confiança na própria fala, sentiram-se mais capazes de atuar como porta-voz da luta de uma comunidade e de um território em que sempre estiveram inseridas. O futebol feminino Guarani, portanto, não renega qualquer conhecimento tradicional – pelo contrário, auxilia a cultivar novas plataformas e ferramentas para que mulheres que preservam e fazem existir essa cultura possam se sentir mais fortalecidas como atrizes, protagonistas dessa luta: como suas guerreiras.

DISCUSSÃO: PONTOS DE CONTATO E CONFLUÊNCIA

As entrevistas acima abordadas foram a matéria-prima para a confecção do minidoc. Analisadas de forma autônoma, como foi feito no tópico anterior, é evidente que cada uma delas poderia levar ao desenvolvimento de um documentário próprio, tamanha a complexidade da rede de relações que cada mulher entrevistada mobiliza ao articular e transitar entre os “pontos nodais” narrativos: a) papel e participação das mulheres, b) luta pelo território, e c) história do futebol de várzea. Através da construção, pela montagem, de uma linha narrativa temática, foi possível dar a ver determinados pontos de contato entre as histórias que elucidassem como o desenvolvimento de equipes varzeanas e a salvaguarda de sua memória assumiu contornos similares em territórios completamente diferentes – salvo pela característica compartilhada, e que guiou os rumos desse trabalho, de serem territórios *em disputa*.

Uma terra indígena na cidade de São Paulo, constantemente alvo de invasões, incêndios criminosos, assédio do poder público e de construtoras. Um campo centenário, fundado por operários, em terreno comprado por uma multinacional e progressivamente visado com o avanço da especulação imobiliária. Uma ocupação de moradia fundada ainda durante o regime militar e que, quarenta anos depois, ainda reivindica a regularização dos terrenos. Ainda que partam de origens distintas, os três campos, assim como os espaços varzeanos em geral, “vivenciam uma dinâmica de incertezas e de instabilidade, dada sua forma espontânea de organização, o engajamento não-profissional de seus realizadores, as dificuldades financeiras para

manutenção das atividades e a precariedade da posse dos campos” (Ribeiro, 2017, p. 7).

Para os fins dessa discussão, interessa adotar de uma definição de várzea que entenda que, embora, a princípio, o termo faça referência à “área alagadiça na qual os rios se estendem, tendo pouco valor por sua suscetibilidade ao meio” (Ribeiro-Santos, 2023, p. 25) e tenha passado a se referir aos campos construídos nessas áreas, assumindo a associação com uma modalidade “amadora, sem regras, *precária*”, as transformações do urbano e a consolidação e disseminação dessa prática em diferentes contextos, preservando-se o termo original, permite assentar a percepção de que

“a várzea - substantivo e adjetivo - deve ser entendida como um conjunto de condições que impõe seus termos sobre as pessoas ali expostas, não havendo então o que fazer senão lidar com aquilo que se manifesta como realidade, primeira e última - é isso ou abdicar de jogar. Por isso diz-se com razão que a várzea é, acima de tudo, uma cultura: funciona tal e qual”. (Ribeiro-Santos, 2023, p. 26)¹⁴

No mesmo sentido, o que Enrico Spaggiari endossa, a partir do já citado Relatório formulado para o DPH no procedimento de enquadramento do Santa Marina como Zona Especial de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural (ZEPEC-APC), é que, tal como a cultura por vezes é sintetizada pela consolidação de “formas de fazer” – e, particularmente o patrimônio imaterial é permeado pela definição de “modos de fazer” –, o futebol varzeano pode ser considerado em suas “formas de jogar”, e ainda em “*formas de produção*” de sociabilidade, de vínculos de pertencimento e de **laços de valorização do território**. Por essa razão cita-se Teixeira da Silva e Silva (2020), para quem o futebol deve ser compreendido como patrimônio dinâmico, afetivo e comunitário. A materialidade da prática – os campos não-profissionais, estruturas marcadas pelo signo da *precariedade* – soma-se a imaterialidades advindas do torcer, do fazer musical, do deslocamento pela metrópole, dos encontros semanais (comer, beber, confraternizar, “resenhar”), que constituem a vida cultural dos grupos ali implicados¹⁵.

¹⁴ Excerto extraído do ensaio “Dialética da Várzea”, dedicado “Ao Santa Marina Atlético Clube, vivo”.

¹⁵ Processo Doc. SEI 058719826, p. 15.

As três histórias são permeadas por movimentos constantes entre uma situação precária (a construção do campo, a disputa pelo seu uso, a falta de uniformes – e, a todo momento, a instabilidade da permanência no próprio território em que se encontra) e a invenção coletiva de soluções, alternativas, de modos de seguir jogando, fazendo um time existir, *apesar* dessas condições, *a partir* delas. Em alguma medida, *por causa* delas. Manter um time vivo e dedicar-se a ele porque é preciso cuidar desse território pelo qual se lutou, dessa comunidade a que se pertence.

E esse cuidado tem particular relação com o fato de que a constituição da várzea, desde a alcunha que carrega, é indissociável da ocupação de terrenos que, originalmente, são vistos como “marginais”, desprovidos de valor, “abandonados”. De forma extremamente sucinta, posto que não é propriamente o enfoque do presente artigo, o futebol popular emerge na cidade de São Paulo nas margens dos rios, em razão de que “o curso da urbanização concentrava a maior parte da população na ‘mancha urbana’ adjacente ao ‘sítio original’”. Tanto essas planícies alagadiças quanto as áreas que margeavam os loteamentos populares conformaram os “vazios urbanos” - “áreas ainda não incorporadas ao espaço produtivo da cidade”¹⁶.

O futebol de várzea se apropriou tanto dos vazios urbanos, quanto, em menor medida, dos terrenos vagos. Santos (2021, p. 49) destaca como essa apropriação pode ser dimensionada tanto em termos espaciais, quanto “em termos de uma apropriação simbólica do jogo em si, inserindo um sem número de nuances de criatividade e contingências locais” - dentre as quais se inserem as festas, os sambas, batucadas, modos de torcer.

Essa relação particular do futebol de várzea com o espaço urbano é atravessada, no caso dessa pesquisa, também por outra: a da interação das mulheres com esses territórios. A centralidade da mulher nas atribuições referentes às condições de reprodução da vida, nos *cuidados* (com a estruturação doméstica, com a família nuclear e estendida, crianças e idosos), produz uma forma particular de perceber e vivenciar a cidade. Como exposto por Ferreira (2008, p. 115),

¹⁶ Ambas as citações se encontram em Santos, 2021, p. 47-48.

As mulheres, na nossa sociedade, permanecem ainda como as principais responsáveis pela esfera da reprodução, o que representa que são elas a se ocupar da manutenção da casa, da comida, do cuidado com os filhos e as filhas. São elas, portanto, que mais sofrem com a falta de moradia ou com a inadequação das suas condições, como a falta da água, da rede de esgotamento sanitário, da coleta de lixo ou de energia elétrica. Sofrem, também, com a inexistência ou precariedade dos equipamentos públicos essenciais, tais como postos de saúde, escolas e creches; com a falta de infraestrutura urbana, como a falta de pavimentação de ruas, de iluminação pública, de praças, áreas e opções de lazer, para ela e a família.

Não por coincidência, cabe rememorar uma formulação de Eva Blay (1994, p. 46) citada na introdução do presente artigo, segundo a qual “quase todos os movimentos de bairro, de vizinhança e comunitários têm base feminina”. Arrisca-se dizer que, sendo maioria na ação e organização de movimentos sociais de luta por moradia, maioria nas ocupações e assentamentos, nas ações de resistência ao despejo, nas mobilizações públicas e nas assembleias, são as mulheres atrizes fundamentais, senão centrais, que dão sustentação à luta por reforma urbana¹⁷, ainda que isso não se reflita na ocupação de lugares de poder nos mesmos movimentos, conselhos, comitês, associações, parlamentos.

Embora a várzea ainda possa ser vista como um ambiente ostensivamente masculino, as entrevistas delineiam uma narrativa diversa: mesmo em contextos varzeanos em que não há, propriamente, uma equipe de mulheres em campo, sendo territórios em disputa, existe uma presença feminina articulando a sobrevivência, permanência e reprodução daquele time, de suas práticas, daquele território. São as mulheres lotando as arquibancadas do Nacional nos anos 1940 para torcer para o Santa Marina, organizando suas festas e desfiles – e hoje, como protagonistas de sua preservação. É Carmen, que, como tantas outras esposas, talvez estivesse alheia aos planos de ocupação do Centreville e às reuniões a portas fechadas nos sindicatos, mas que não hesitou em defender as casas ocupadas da polícia e do exército, em apoiar a construção de um campo para a comunidade, em torcer e até topar jogar bola pela primeira na vida.

¹⁷ Oliveira, Maria Letícia; Barbosa, Maria de Lourdes da Silva. O cajueiro amigo - Reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres. In: Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade / Taciana Gouveia (Org.), Simone Ferreira (colab.). Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, fev. 2008, p. 58.

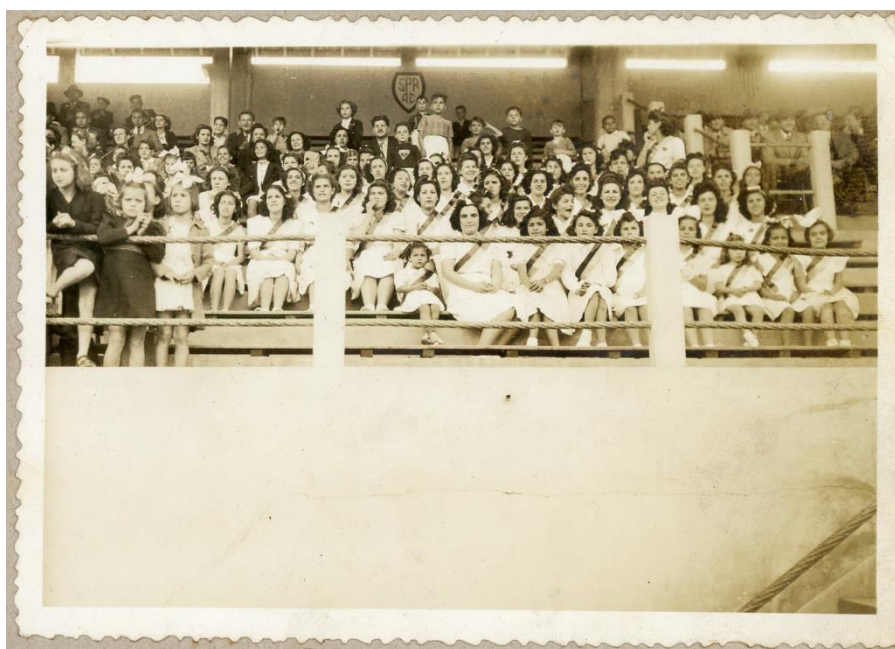


Figura 2 – Torcida do Santa Marina, nas arquibancadas do Estádio Nicolau Alayon, provavelmente em 1945 | Acervo Museu do Futebol | Coleção Santa Marina | Direitos Reservados

Nesse sentido, retornam as noções de *cuidado* e de família que tão marcadamente permearam os relatos. Em uma única sequência, Rose articula esses conceitos repetidas vezes: “*Como a gente sempre fala, eu faço parte dessa **família**. A **família** é o Santa Marina Atlético Clube. Quando ele voltar, eu gostaria de voltar na minha atividade. **Cuidar**, ajudar. **Cuidar** do clube, da escolinha, voltar com a minha atividade mesmo que eu fazia antes, de **cuidar**, de **tomar conta**, não vejo a hora de poder entrar na sala de troféu, quem fazia a limpeza da sala de troféu era eu, de voltar a limpar, de voltar a fazer as minhas atividades aí dentro do clube, as festas, churrascos, festas, tudo isso*”. Jandira sintetiza tudo que sua avó é para o território, para que existisse um time feminino nomeado em seu nome, dizendo que Kerexu “*é a que **cuida**, a protetora*”.

Esse cuidado, como exposto, é algo muito além do afetivo, do sentido corriqueiro que lhe é atribuído. Sem se render a qualquer romantização da divisão de gênero do trabalho, e entendendo a miríade de desigualdades e precariedades que ela produz, é, mais uma vez, a partir do precário, que as mulheres instauram novos mundos. O cuidado promove a mobilização política, a defesa da comunidade, a percepção do espaço, o engajamento nas reivindicações do que melhora a vida, do que dá sentido a ela. É por ele que se tiram forças para, verdadeiramente, guerrear – como também foi

repetidamente marcado nesses discursos (as Xondarias são as guerreiras do território, “Guerreiras do Ce Vê” foi o nome dado ao festival de refundação do time de mulheres).

É também o cuidado que permite retomar outro ponto de atuação dessas mulheres nos espaços abordados: “quando a constante ameaça do mercado imobiliário ataca a continuidade destes clubes, a defesa dos grupos que o avivam demanda apoio político: o reconhecimento institucional do valor cultural desses clubes e sua proteção como patrimônio cultural”¹⁸. Ainda que o Santa Marina, notadamente, seja exemplo de uma mobilização do valor cultural de suas referências (acervo e coleção varzeana, campo, eventos, projetos e práticas culturais) como fundamento e estratégia, inclusive judicial, para a sua permanência, as noções de referência cultural e preservação estão presentes no cotidiano de trabalho e cuidado dessas mulheres com as memórias das equipes e clubes que representam.

Do ponto de vista material, ou tangível, é possível falar da guarda que Carmen exerce sobre as fotos do Centre Ville, sua relíquia, do trabalho que Rose dispensa com a manutenção do extenso acervo de fotografias, troféus, medalhas, documentos associativos e recortes de jornal do Santa Marina, e mesmo do zelo que Jandira dispense com todas as camisas já desenhadas e utilizadas pelas Xondarias. Ou seja, da salvaguarda de acervos varzeanos – coleções criadas de forma coletiva e auto-organizada de itens ligados à trajetória singular de um time ou clube, que guardam semelhanças tanto na origem, quanto nos desafios de sua preservação: são coleções marcadas pela ausência de vínculos institucionais e oficiais de salvaguarda e por um desejo legítimo de preservação do passado, mesmo que por iniciativas amadoras e instintivas de preservação, e que, exatamente por essa razão, são também marcadas por fragilidades de organização, de limpeza e acondicionamento corretos do ponto de vista técnico/museal¹⁹.

¹⁸ SPAGGIARI, Enrico; SANTOS, Alberto Luiz dos; BONFIM, Aira F.. Santa Marina, o circuito varzeano de SP e a preservação dos clubes esportivos populares. Ludopédio, São Paulo, v. 172, n. 13, 2023. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/santa-marina-o-circuito-varzeano-de-sp-e-a-preservacao-dos-clubes-esportivos-populares/https://ludopedio.org.br/arquibancada/santa-marina-o-circuito-varzeano-de-sp-e-a-preservacao-dos-clubes-esportivos-populares/>. Acesso em maio 2025.

¹⁹ BONFIM, Aira F.; SPAGGIARI, Enrico; SANTOS, Alberto Luiz dos. Considerações finais da pesquisa (parte 2): Coleções patrimoniáveis e os desafios de preservação e comunicação dos acervos varzeanos. Ludopédio, São Paulo, v. 182, n. 2, 2024. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/colecoes-patrimoniaveis-desafios-de-preservacao-e-comunicacao-dos-acervos-varzeanos/>

Quando fui ao Centreville e perguntei na sede do clube por Carmen, o presidente me pediu que conseguisse alguma foto com ela – todas as que estavam guardadas na sede se encontravam em péssimas condições, tanto pela exposição ao sol quanto pela umidade. O mesmo ocorreu com os antigos troféus, a maioria descartados por estarem corroídos e mofados. Foram muitos os esforços para localizar as fotos da exposição ao Paraná ou antigos uniformes, todos em vão – tudo que restou de material do primeiro time do Centre Ville está com Carmen.

A coleção do Santa Marina, como destacado pelo Museu do Futebol em nota²⁰ juntada ao processo administrativo no âmbito do Conpresp, além de “quantificada em mais de 2000 itens, é disponibilizada de forma gratuita à comunidade, e nos últimos anos, tornou-se uma rica fonte histórica para os cidadãos, com destaque a pesquisadores acadêmicos e instituições de prestígio como o Museu do Futebol e o SESC-SP”, parcerias e diálogos que, além de “amplificar os sentidos de pertencimento e identidade com a cidade, tem qualificado o memorial do clube com projetos voltados à recuperação, preservação, catalogação e comunicação dessa memória para novos públicos”. Rose é uma das principais personagens nesse sentido, o que se expressa hoje, mesmo com as portas do clube fechadas, na sua contribuição essencial para a catalogação do acervo, com a presença na exposição Vozes da Várzea²¹, promovida pelo Museu do Futebol, pela sua participação nas dezenas de pesquisas e matérias de jornal publicadas a respeito do clube.

Jandira também contribuiu para a Mostra Temporária “Jaraguá Kunhangue Ouga’a – O jogo das mulheres do Jaraguá”²², organizada pelo Museu do Futebol, que, além das Xondarias, retrata outras quatro equipes do território. A página de divulgação da exposição, no site do MF, contém uma citação de Roseane Reté, curadora da mostra, que ecoa uma concepção dos sentidos que a prática do futebol de várzea por mulheres indígenas pode assumir em termos de sua preservação: qualquer iniciativa que parta do futebol não se limita a ele; o futebol está inserido em um conjunto de práticas, costumes e dinâmicas do povo e do território, e o mesmo espraiamento ocorre nos movimentos de divulgação, fomento e preservação:

²⁰ Processo administrativo SEI n. 6025.2021/0019862-9, doc. SEI n. 087257944. Disponível em: https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=811782&id_documento=93999395&infra_hash=20e35df4502ab04b9bf1e0632593df18

²¹ Mais informações a respeito da exposição disponíveis em: <https://museudofutebol.org.br/exposicoes/vozes-da-varzea/>

²² Mais informações em: <https://museudofutebol.org.br/exposicoes/jaragua-kunhangue-ougaa-o-jogo-das-mulheres-do-jaragua/>

*“Para nós, é muito importante esse reconhecimento. Os homens já possuem o espaço e o reconhecimento deles no futebol. A mulher não-indígena tinha pouco espaço e começou a crescer agora. Então, imagina como é para a mulher indígena, que não tem espaço nenhum? E agora aqui vamos mostrar não só o futebol, mas também a cultura indígena, nossas tradições e nossa vida dentro da aldeia. Aqui o visitante vai ver nossa arte: o grafismo, batismo, artesanatos e será ótimo **usar o futebol para mostrar nossa cultura para todos**”.*

A citação corrobora uma fala muito semelhante de Jandira, já mencionada neste artigo, no sentido de que *“ocupando esse espaço, também, a gente vai ser visto, vai ter um olhar diferente também para a gente, e é onde o futebol traz isso. Ocupando espaços nos campos de futebol é onde a gente mostra o nosso território, a nossa resistência, a nossa luta”*. Para além do ponto de vista de acervos materiais e tangíveis, e mesmo da dimensão imaterial de um patrimônio fundamentalmente varzeano (ancorado, como supramencionado, em “imaterialidades advindas do torcer, do fazer musical, do deslocamento pela metrópole, dos encontros semanais e eventos que constituem a vida cultural dos grupos ali implicados”²³), o que as mulheres entrevistadas evidenciam é que a *preservação* dessas *memórias* e a *continuidade* dessas *práticas* varzeanas também estão profundamente relacionadas com o resguardo ou salvaguarda de uma gama de outras imaterialidades, ancoradas no território em que a várzea se instaura.

A foto de uma formação de mulheres nas paredes do Centre Ville levou ao registro de uma memória das ocupações de uma de suas primeiras participantes, que jamais havia sido documentada. Karina, que participou desse processo e que tem conduzido as atividades atuais do time, ouviu muitas das memórias pela primeira vez e acionou uma rede comunitária para fomentar o cineclube do bairro, ainda a ser construído, para exibição do minidoc e para uma conversa dos moradores com Carmen. Tampouco parece ser ao acaso uma das líderes da torcida organizada, Simone, ser linha de frente nas mobilizações do bairro pela regularização e responsável pelo bloco de carnaval.

Jandira se tornou a líder comunitária que é (e uma rápida pesquisa por seu nome revela dezenas de desdobramentos de seus posicionamentos, entrevistas, relatos, especialmente no contexto de disputa pela ampliação da demarcação da TI Jaraguá), em grande parte, por causa do seu envolvimento com o futebol – e, também através dessa atuação, amplia o público que vem a conhecer a memória e trajetória de sua avó.

²³ Processo administrativo n. 6025.2021/0019862-9, doc. SEI 058719826, p. 15.

Rose, nas disputas pela volta do SMAC, tem se tornado um ponto de articulação entre diferentes frequentadores das reuniões do Conpresp, defensores de demandas diversas por espaços que, ainda que não sejam varzeanos em si, também servem de suporte para práticas comunitárias ameaçadas pelo avanço dos interesses imobiliários em seus territórios.

Conhecer, ouvir, registrar e pensar meios de difusão da memória e atuação dessas mulheres, portanto, parece condensar uma operação que o IPHAN delineou no Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais: através do trabalho de construção e identificação de sentidos baseados nos elementos materiais, conferir reflexivamente a essas práticas e lugares o que se poderia chamar de “sentido patrimonial”, qualificando-as como parte de “um repertório de instâncias com que se constroem as fronteiras simbólicas e com que se configuram as imagens de si e de outrem. É este o seu valor como ingrediente da construção de identidades, ou seja, de tradições e de territórios”²⁴.

Isto é, falar em *perspectiva patrimonial*, desenvolver essa pesquisa no âmbito institucional do Museu do Futebol, digitalizar e catalogar *acervos* varzeanos, são escolhas que implicam mobilizar uma série de ferramentas de fortalecimento e reverberação de algo repetidamente referenciado nesse artigo, direta ou indiretamente: a várzea confere um sentimento identitário que fortalece não só o pertencimento a determinado agrupamento (times e clubes), como também a determinado território, e consequentemente o envolvimento em relação a ele. Se “as mulheres constroem a cidade no seu cotidiano” (Gonzaga, 2012), é plenamente possível concluir que as mulheres, no cotidiano de suas práticas e comunidades varzeanas, constroem e reivindicam seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo sintetiza uma experiência de pesquisa que só foi possível pelo suporte conferido a essa pretensão através do trabalho realizado pelo CRFB. Como supramencionado, as coleções varzeanas, em toda a sua multiplicidade, compartilham de fragilidades quanto à sua preservação e conservação. O fato de a política de acervos

²⁴ IPHAN. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p. 29.

do Museu do Futebol não contemplar a presença de acervos materiais, alinhado à concepção do CRFB, indica outra estratégia de preservação: as coleções permanecem nos seus locais de sentido, com os atores que as conceberam, e a instituição, além de idealizar iniciativas de orientação quanto à manutenção e à conservação desses itens, promove um modelo de gerenciamento de dados que consolida essas referências, de forma digitalizada, e permite a realização de pesquisas a partir de sua catalogação e disponibilização ao público.

Antes de optar pela catalogação do acervo de fotografias do Santa Marina – como citado, uma das etapas de trabalho do Edital de Jovens Pesquisadores(as) –, pude ter um primeiro contato para explorar todo o acervo varzeano do CRFB. Nesse movimento exploratório, despontaram as (normalmente em menor número, mas sempre presentes) mulheres. Por vezes, como no caso da foto da torcida feminina do SMAC nos anos 1940, durante a proibição do futebol feminino, ou em meio a quadros inteiramente masculinos, mas administrando os clubes, organizando eventos, formando a torcida. Havia outra característica em comum nessas fotografias: pertencerem a times que não mais existiam, a clubes que fecharam as portas ou se encontravam ameaçados para mudarem o endereço ou fecharem as portas.

A partir desse trabalho orientado, foi possível maturar a percepção de que, se compreender o futebol varzeano e suas conformações na cidade passa necessariamente por resgatar as referências culturais que compõem as práticas e o “ser e se sentir” varzeano, é preciso olhar para os agentes de preservação dessas referências. E que, nesse sentido, emergem uma série de mulheres como *detentoras* do que se pode consolidar como *patrimônio varzeano*, uma vez que integram a coletividade que produz e reproduz o futebol de várzea, quanto *guardiãs* de sua *proteção*, pois preservam suas histórias, são fundamentais para sua continuidade e transmissão, protegem os bens necessários à prática, bem como guardam sua memória – e, assim, ajudam a preservar a própria memória de sua presença e contribuição nessas histórias.

Para dar corpo ao projeto, foram também fundamentais as contribuições da equipe do CRFB quanto à adoção da história oral e quanto à produção de um veículo audiovisual, o minidoc. A HO pôde qualificar as fontes de pesquisa diante da busca por histórias não contadas, ou ao menos não na perspectiva que o presente artigo propõe. As mulheres entrevistadas produziram relatos tão plenos em suas narrativas que evidenciaram aquilo que era uma hipótese: a relação dessas mulheres com a várzea e

sua atuação para a preservação das referências culturais varzeanas se afiguram como formas de habitar, ocupar e reivindicar o território. É também a partir do futebol que elas fazem o cotidiano de uma disputa por direito à cidade, consolidando-se como figuras mobilizadoras de suas comunidades.

Ainda que o artigo não possa expressar essa camada de sensibilidade, a adoção do registro audiovisual para esses relatos viabilizou uma valorização do papel dessas mulheres como guardiãs das memórias varzeanas, vendo-se retratadas e reconhecidas por esse papel de cuidado e construção das equipes e clubes abordados no minidoc. Para o espectador, também é uma forma de registro que tem o potencial de amplificar os pontos comuns presentes nos relatos, e conferir-lhe as ênfases, expressividades e a dimensão afetiva que cada movimento de disputa assumiu na vida dessas mulheres.

Que esse registro possa servir de contribuição para o debate quanto às limitações dos conceitos clássicos de patrimônio e dos instrumentos disponíveis para a sua salvaguarda frente à necessidade de preservação de referências culturais populares cujas práticas encontram-se ameaçadas pelo desaparecimento dos espaços em que são realizadas. Ao cabo, os relatos apresentados delineiam que, diante de cidades que consomem e suprimem lugares de lazer e esporte popular, outras formas de conceber o urbano são possíveis: as varzeanas estão aí para reivindicá-las e construí-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Felipe Vinícius de Paula. Comunidades da várzea, os campos e a autogestão. **Ludopédio**, São Paulo, v. 166, n. 6, 2023.

ARAÚJO, Denise Puertas de. **Na fronteira entre o material e o imaterial: o tombamento e a proteção dos bens culturais**. 2021. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.2.2021.tde-13072022-103244. Acesso em: mar. 2025.

ATRÁS DA MOITA FILMES E INSTITUTO CLARO. **Futebol feminino sob o olhar da mulher indígena**. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/videos/futebol-feminino-sob-o-olhar-da-mulher-indigena/>

BASTOS, Pablo Nabarrete. Faces do espelho: processos de construção de sentidos sobre o Movimento Hip Hop do ABC Paulista. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFC**, Fortaleza (CE), v. 5, n. 1, p. 133-152, 2014.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais. *In: São Paulo em Perspectiva*, 1994, p.45-47.

BONFIM, Aira F.; SPAGGIARI, Enrico; SANTOS, Alberto Luiz dos. Considerações finais da pesquisa (parte 2): Coleções patrimoniáveis e os desafios de preservação e comunicação dos acervos varzeanos. **Ludopédio**, São Paulo, v. 182, n. 2, 2024. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/colecoes-patrimoniaveis-desafios-de-preservacao-e-comunicacao-dos-acervos-varzeanos/>. Acesso em: mar. 2025.

BRANCO, Samantha Castelo. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 13, jan.-jul. 2020.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **100 anos: um futuro transparente**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1996.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 313-333.

_____. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

_____. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v. 1. Porto: Universidade do Porto, 2020.

FARIA, Camila Salles de. **A luta Guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2016.tde-03032016-142809.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. Plataforma feminista da reforma urbana: do que estamos falando? In: GOUVEIA, Taciana (org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 4ª ed. - Brasília: Ministério da Cultura; Iphan, 2006, p. 85-95.

GOELLNER, S. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

GONZAGA, Terezinha. As mulheres constroem a cidade no seu cotidiano. In: **Projeto Promotoras Legais Populares: leituras complementares**. São Paulo, 2012.

GUSSO, Luana de Carvalho Silva; TOBAR, Felipe Bertazzo. Os bastidores da patrimonialização cultural do futebol brasileiro no século XXI. **Em Questão**, v. 24, n. 2, p. 434-467, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245242.434-467 Acesso em: mar. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2000.

_____. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

KERR, Daniel. We know what the problem is: using oral history to develop a collaborative analysis of homelessness from the bottom up. **The Oral History Review**, v. 30, p. 27-45, 2003.

LABCIDADE. **Centreville: luta, resistência e conquistas na região do ABC**. 2017. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/centreville-luta-resistencia-e-conquistas/>. Acesso em: mar. 2025.

MAGNANI, José Guilherme; Morgado, Naira. Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 24, 1996.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; CASTRO, Isabel. Da história oral ao filme de pesquisa: o audiovisual como ferramenta do historiador. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.4, out.-dez. 2017, p.1147-1160.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **Revista História Crítica**, n. 68, abr.-jun. 2018, p. 27-45. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81156122002>. Acesso em: mar. 2025.

MAUAD, Ana Maria; KNAUSS, Paulo. Memória em movimento: a experiência videográfica do LABHOI/UFF. **Revista História Oral**, v. 9, n. 1, p. 143-158, jan.-jun. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

MINUANO, Carlos. **Futebol e voz: mulheres guaranis conquistam campo de futebol em aldeia de SP e usam esporte para empoderar a comunidade**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/futebol-em-aldeia-vira-ferramenta-de-empoderamento-para-mulheres-guaranis/#cover>. Acesso em: mar. 2025.

MUSEU DO FUTEBOL. **Exposição Temporária Vozes da Várzea**. 2024-2025. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/exposicoes/vozes-da-varzea/>. Acesso em: mai. 2025.

MUSEU DO FUTEBOL. Mostra Temporária Jaraguá Kunhangue Ouga'a – O jogo das mulheres do Jaraguá. 2025. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/exposicoes/jaragua-kunhangue-ougaa-o-jogo-das-mulheres-do-jaragua/>. Acesso em: jun. 2025.

OLIVEIRA, Maria Letícia; Barbosa, Maria de Lourdes da Silva. O cajueiro amigo - Reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres. *In*: GOUVEIA, Taciana (org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

OLIVEIRA, Robson da Silva; PAPALI, Maria Aparecida; GOMES, Cilene. Cotidiano, cultura e resistência: Terra Indígena Guarani do Pico do Jaraguá-SP. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 34, n. 54, p. 242-257, jun. 2021.

PATAI, Daphne. História oral, feminismo e política. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PEREIRA FILHO, Hilário; THOMPSON, Analucia. Memória oral e o IPHAN: fontes, metodologia e reflexões no campo do patrimônio cultural. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

RAMSHAW, Gregory; GAMMON, Sean. Towards a critical sport heritage: implications for sport tourism. **Journal of Sport & Tourism**, London, v. 20, n. 2, p. 1-17, 2016.

RIBEIRO, Raphael Rajão. Futebol amador: História, memória e patrimonialização. *In*: **SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL**, 29., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: Editora, 2017. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953097_7d76fd381076efa5212320c7f690b656.pdf. Acesso em: mar. 2025.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Narrativas e Entrevistas em Pesquisas Qualitativas: história oral como possibilidade teórico-metodológica. **Revista Ciências Humanas**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a724. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/724>. Acesso em: mar. 2025.

RIBEIRO-SANTOS, Vítor. Dialética da várzea. *In*: **Pronunciar o Chão: notas sobre a existência do futebol**. Rio de Janeiro; Campo ou Bola. 2023.

SANTOS, Alberto Luiz dos. **O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP): as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-09112021-214935. Acesso em: mar. 2025.

SANTOS, Alberto Luiz dos; BONFIM, Aira F.; SPAGGIARI, Enrico. Santa Marina, o circuito varzeano de SP e a preservação dos clubes esportivos populares. **Ludopédio**, São Paulo, v. 172, n. 13, 2023.

_____; _____. Mapeamento do futebol de várzea de São Paulo (SP): Reflexões para processos de proteção ao patrimônio. **Revista Desenvolvimento Social, Cidade**, v. 28, p. 122-152, 2022.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003.

SILVA, Gustavo Xavier Ferreira da. **Memória social de participantes de comunidades eclesiais de base em Santo André**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.47.2012.tde-05092012-093604. Acesso em: mar. 2025.

SOUZA, Claudia Moraes de; RIBEIRO, José da Silva. Testemunhar por imagens: oralidade, memória social e a produção do audiovisual na pesquisa histórica. **Visualidades**, Goiânia v.16 n.2 p. 257-276, jul.-dez. 2018.

SPAGGIARI, Enrico; SANTOS, Alberto Luiz Dos; BONFIM, Aira F.. Santa Marina, o circuito varzeano de SP e a preservação dos clubes esportivos populares. **Ludopédio**, São Paulo, v. 172, n. 13, 2023. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquibancada/santa-marina-o-circuito-varzeano-de-sp-e-a-preservacao-dos-clubes-esportivos-populares/>. Acesso em maio 2025.

_____. **Relatório - Mapeamento do futebol de várzea em São Paulo. Núcleo de Identificação e Tombamento do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH)**, 2022. Disponível para consulta pública no processo administrativo n. 6025.2021/0019862-9, documentos SEI 060397060 e 060397407. Disponível em: https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=811782&id_documento=56347303&infra_hash=47dd458795f81cc96b8c520973247259. Acesso em: mar. 2025.

TAVARES, R. Forma urbana e relações de gênero. *In*: GOUVEIA, Taciana (org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

TVT. Futebol feminino indígena dribla o machismo e conquista espaço. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uk12YELgu4w>. Acesso em mar. 2025.

VIÑAS, Diego. Relato de Campo: Santa Marina Atlético Clube. São Paulo: Museu do Futebol; Centro de Referência do Futebol Brasileiro, 2012. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/530061/>. Acesso em: mar/2025.